

PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS: RELATO ICONOGRÁFICO HISTÓRICO DE CURVELO

Jaqueline Maria da Silveira e Silva¹

Irlen Antônio Gonçalves²

INTRODUÇÃO

A História produzida hoje é cada vez menos ideologizada e é escrita em uma linguagem mais acessível, mais ousada e menos presa a convencionalismos ditos científicos. Os autores estão cada vez menos preocupados com a prova, a verdade, e os fatos à moda positivista. Destarte, as fronteiras encontram-se menos rígidas e tornam-se privilegiadas as práticas interdisciplinares, que estabelecem diálogos com outras áreas de conhecimento e tomam delas o empréstimo de procedimentos, conceitos e experiências. Eduardo França Paiva fornece-nos indicações que as mais novas gerações de historiadores brasileiros “vêm usando como fonte privilegiada a iconografia e têm feito isso com muita destreza. (...) não tomam como simples ilustrações, figuras, gravuras e desenhos que servem para deixar o texto mais colorido, menos pesado”, mas “devem estabelecer um diálogo contínuo”. (PAIVA, 2002 p. 17)

A análise de fontes iconográficas na investigação históricaremontam a Nova História, dentro da perspectiva do conhecimento historiográfico renovado da História da educação, que confere identidade às instituições educativas, destacando-se permanências e mudanças ocorridas ao longo de seu ciclo de vida, que caracterizam seu desenvolvimento e sua identidade histórica e traz benefícios, consagrando e ilustrando um aprendizado cheio de significados e significantes. Nesse sentido o objetivo do artigo é a análise de fontes iconográficas na investigação históricaatrelada a Educação e Escola correlacionando-se com a história da cidade, memória e patrimônio.

No percurso do trabalho de Mestrado em Educação Profissional do CEFETMG – “História da instituição que educa para o comércio: de Lyceu Mineiro (1927) a Colégio

¹Mestranda em Educação Tecnológica no CEFETMG, jacqsilveira@yahoo.com.br

²Professor Doutor do Mestrado em Educação Tecnológica do CEFETMG, Orientador da Pesquisa e do Artigo, irlen47@gmail.com.

Padre Curvelo (1957)”, vinculado à linha I de Pesquisa - Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas, do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETMG), na área de História da Educação, mais especificamente sobre a história das instituições educativas, foram encontradas fontes iconográficas que interpelam sobre a realidade da Modernidade da Cidade no início da República. Além da pesquisa documental no Arquivo da escola e nos jornais que circulavam na época, rastreando-se eventos e notícias que aproximavam o Lyceu Mineiro da comunidade, serão utilizadas as fontes iconográficas não como ilustração, mas como “portadoras de significados e de estrutura” (PEDROSA, 2017). Para tanto, no dia a dia da pesquisa foram identificadas as fontes iconográficas encontradas e que serão catalogadas para aplicação na pesquisa. Foram separadas as fotos, em três épocas distintas, do prédio escolar da instituição para análise no artigo, tendo em vista a restrição com o número de páginas. A fonte iconográfica permite a realização de profundos mergulhos no passado, permitindo um melhor entendimento das formas pelas quais as pessoas representaram sua história e historicidade. Destaca Paiva que esta fonte possibilita em associação com outros registros, informações, usos, interpretações constituem verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado”.(PAIVA, 2002, p.20)

Fotografia: Um novo Meio de conhecimento do mundo

Com a Revolução Industrial verifica-se um enorme desenvolvimento das ciências surgindo um processo de transformação econômica e social, além de cultural e uma série de invenções que viriam a influenciar decisivamente nos rumos da história moderna. A fotografia, uma das invenções que ganha vulto nesse contexto, teve papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informações e conhecimento, instrumento de apoio a pesquisa dos diferentes campos da ciência e também forma de expressão artística. Segundo Boris Kossoy:

a expressão cultural dos povos exteriorizada através de seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos passou a ser gradativamente documentada pela câmara. O registro das paisagens urbana e rural, a arquitetura das cidades, as obras de implantação das estradas de ferro, os conflitos armados e as expedições científicas, a par dos retratos de estúdio são alguns dos temas solicitados aos fotógrafos do passado. (KOSSOY, 2012, p. 28)

Para Walter Benjamin, “A fotografia é o primeiro meio de reprodução verdadeiramente revolucionário”.(BENJAMIN, 1985) Ela compõe o processo de revolução documental, alargando o conceito de documento e alterando o panorama acadêmico a partir da década de 1990, face ao interesse que este tipo de documentação desperta, o que vem suscitando o debate e reflexão acerca do alcance, do valor e dos limites das fontes fotográficas.

Certamente trata-se de uma das fontes históricas mais ricas, trazendo “embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada” (PAIVA,2002, p.17). Os trabalhos com a utilização de imagens vem propiciando a apresentação renovada e instigando novas reflexões metodológicas. Peter Loizos destaca 03 razões para aplicação de métodos visuais a serviço da pesquisa social: 1) que a imagem oferece um registro mais poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos e materiais. 2) embora a pesquisa social represente tipicamente questões teóricas e abstratas, quando ela emprega como dados primários informações visuais, que não necessariamente precisam ser palavras escritas e nem mesmo números, a informação fica mais completa e desperta o imaginário de interlocutores e leitores, e 3) é o próprio mundo em que vivemos que é cada vez mais influenciado pelos meios de comunicação onde elementos visuais influenciam e dando suporte nos resultados. (LOIZOS, 2008 p. 138). Contudo estes registros não estão isentos de problemas, ou acima de manipulação, e não significam nada mais que representações, ou traços de um complexo maior de ações passadas.

Há de se considerar que os registros históricos e a própria história são resultado de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção. Nessa vertente, Décio Gatti Junior fundamenta que “por princípio não se considera que o historiador produza a “Historia”, mas apenas uma possibilidade interpretativa que, rigorosa, não se torna a única possibilidade.” (GATTI JUNIOR, 2007).

Nesse contexto o processo de renovação dependeda intensificação do trabalho interdisciplinar, na inovação temática e metodológica e na continuidade do processo de alargamento da noção de fonte histórica. Na prática, esses registros são vistos e compreendidos de maneiras diferentes pelos historiadores, alunos e por observadores em geral, muitos anos depois. Isso dá um significado incompleto as fontestornando as versões historiográficas não definitivas, porque fontes e versões carregam em si temporalidades

distintas, o que permite sua construção e reconstrução a cada época. Cada observador verá de acordo com seus valores, preocupações, conflitos, medos, projetos e gostos. Além disso, os seres humanos são os agentes que operam a câmera, e podem e, de fato, mentem. Deste modo, não se pode acreditar no que se vê de maneira ingênua, e se algo mostrado como evidência visual levantar suspeitas, deve ser conferido – corroborado com investigação posterior, com provas testemunhais, e todo e qualquer meio que seja necessário.

Fotografia como relato histórico

Quando iniciamos esta pesquisa sobre a mensagem fotográfica tomamos como necessária, não uma definição, mas uma apreciação sobre a condição fundamental da principal fonte de nossas análises. Para além dos princípios físico-químicos que lhe deram a existência, a fotografia não era apenas uma imagem como o era a pintura, mas uma prova irrefutável de que certo evento ocorreu, como enfaticamente, afirma Susan Sontag (1978). Nesse sentido, Marcus Levy Bencostta aponta que “além de ser uma interpretação do real, a fotografia é um vestígio diretamente calcado sobre o real, como uma pegada”, capaz de captar as permanências e mudanças na memória e historiografia destes ambientes quando analisadas as fotos e apresentadas aos diversos atores que fizeram parte do universo escolar em tempos diferentes. (BENCOSTTA, 2011)

Partindo desse ponto, ficou claro que os objetivos de nossas indagações deveriam adotar procedimentos de investigação que não se circunscrevessem apenas ao levantamento e à organização do material iconográfico, mas a um exercício contínuo de análise e interpretação que procurasse entender essa forma de representação visual e o seu uso nos estudos históricos, em especial, no caso, na história da educação, que se refere à realidade do Lyceu Mineiro de Curvelo.

Segundo Escolano, “o lugar que a escola teve que ocupar na sociedade foi um ponto de especial preocupação para os reformadores dos fins do século XIX e início do século XX” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 30). Da mesma forma, no Brasil, a preocupação com um lugar específico para a escola, ou seja, com o prédio escolar propriamente dito, começou a surgir, também, a partir dessa época.

Em determinado momento, políticos e educadores passaram a considerar indispensável a existência de casas escolares para a educação de crianças, isto é, passaram a advogar a necessidade de espaços edificadas expressamente para o serviço escolar. Esse momento coincide com as décadas finais do século XIX e com os projetos republicanos de difusão da educação popular (SOUZA, 1998, p. 122).

Com a instauração da República, a escola básica, como veículo para a tão desejada “reconstrução nacional”, incorporou uma função salvacionista, como a única capaz de transformar o homem comum. Para Faria Filho e Vidal (2000, p.28), em 40 anos de República, as alterações efetuadas na educação primária no Brasil foram locais e diferenciadas, decorrentes do caráter descentralizado da administração do ensino primário, e os governos estaduais tinham a responsabilidade de desenvolver a educação em seus territórios.

A pesquisa em andamento sobre o Lyceu Mineiro, localizado na cidade de Curvelo, Minas Gerais, trata de uma “(re)construção das representações simbólicas das práticas educativas e da problematização da relação das instituições educativas com o meio sócio-cultural envolvente”, (MAGALHÃES, 1996), destacando-se permanências e mudanças ocorridas ao longo de seu ciclo de vida, que caracterizam seu desenvolvimento e sua identidade histórica.

Justino Pereira de Magalhães destaca dentre as principais facetas que permitem “descrever, compreender e analisar as instituições educativas – os espaços e a estrutura arquitetônica

Quanto aos espaços e a estrutura arquitetônica dos edifícios, há instituições educativas que resultaram de projetos arquitetônicos de origem e instituições escolares e educativas instaladas em prédios adaptados. Numa e noutra dessas circunstâncias, não podem deixar de ser considerados aspectos como localização, projeção e plano arquitetônico [...]. A implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relações refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente. (MAGALHÃES, 2004, p. 142)

A escola foi instalada em 16 de outubro de 1927, em um casarão de dois pavimentos, localizado à Avenida Dom Pedro II, antiga residência do Dr. Pacífico Mascarenhas e cedida pelo mesmo, sob a denominação de Lyceu Mineiro - vide FIGURA 1, que conforme salienta Faria Filho (2000, p. 42) [...] “o fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os melhores prédios, mas também aqueles mais centrais, denota a importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deverá representar no interior da cidade[...]”.

No que diz respeito às transformações arquitetônicas, é provável que as instituições particulares reflitam uma maior capacidade de iniciativa, reajustando os espaços às necessidades de funcionamento. (MAGALHÃES, 2004, p.143), enquanto que para Juarez Dayrell, 2001, “a arquitetura e a ocupação do espaço físico não são neutros. Desde a forma da construção até a localização dos espaços, tudo é determinado formalmente, segundo aspectos racionais de comportamento dos usuários”. (DAYRELL, 2001, p. 147)

Como era comum, na época, a instituição escolar funcionou durante um tempo em um prédio adaptado e nas reuniões da diretoria escolar, relatadas em livro de ATAS, que encontra-se no Arquivo da Instituição, percebia-se o anseio de todos pela construção do novo prédio. Demonstravam constante preocupação com a instalação da escola em local apropriado, principalmente no que concernia a questão da higiene do ensino. Todavia, nas chamadas dos jornais da época a escola se projetava a partir de enunciados que exaltavam o prédio: “instalado em prédio amplo e confortável, adaptado para estabelecimento de ensino, com todas as exigências da higiene e as mais rigorosas prescrições pedagógicas” (JORNAL NOSSA TERRA, 1930)

Em 1931, a escola foi transferida para novas dependências construídas à Rua João Pessoa (Livro de ATAS do Conselho Gestor da Escola nº 05 de 1931). Isso se deveu a mudança do fundador/proprietário e diretor da escola Sr. Érico de Barcelar de Souza para São Paulo e a organização de uma nova mantenedora a Sociedade Lyceu Mineiro Sociedade Ltda., representada por cidadãos Curvelanos que “acreditavam na Educação como força propulsora do progresso” (SOARES, 1988) que compraram a instituição educativa, e através de empréstimos construíram o novo prédio- vide FIGURA 2.

Todo o envolvimento da comunidade educativa para a construção do novo prédio, é uma afirmação e importância do Lyceu Mineiro para a Educação Republicana. A Rua João Pessoa era o Centro comercial da Cidade e permeava não só a venda de mercadorias a atacado, com o funcionamento da Atacadista Pereira Avelar, também se avizinhava de um açougue de Sr. Elias Pinto, dispondo nas imediações de um consultório do médico Geraldo Valadares e o Gabinete do Sr. Vicente Boaventura e Miguel Véio, dentistas, além dos prédios do Cinema e do Fórum. Nesta época oferecia o ensino secundário que diante do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931- Reforma Francisco Campos, equiparou o estabelecimento de ensino ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, Capital do Brasil. Simultaneamente entra em vigor o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o Ensino Comercial e regulamenta a profissão de contador, tornando a instituição escolar e o Curso Comercial ainda mais valorizado.

Nesse contexto, vale ressaltar a importância do Lyceu Mineiro/Ginásio Padre Curvelo para a arquitetura urbana. As escolas começam a ocupar lugares privilegiados, como “novos templos” de civilização, “templos do saber”. Para Souza (1998),

o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123).

Dessa forma, segundo esta autora, o espaço escolar passava “a exercer uma ação educativa dentro e fora de seus contornos” (p. 124). Por essa época, a monumentalidade das construções dos grupos escolares passa a representar um ideal de modernidade ou de República: “a arquitetura escolar haveria, pois, de simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como tal” (p. 124).

Então, se a República era o lugar do homem novo, tornava-se necessário repensar esse ambiente, organizando-o, higienizando-o, ou seja, ordenando o espaço físico da cidade e, por consequência, o espaço físico da escola. Os edifícios escolares surgem, nesse

momento, com uma finalidade específica – o lugar onde se processa a formação do cidadão

Eles compartilham com o conceito de Modernidade e a representatividade das instituições educativas na formação e conformação das cidades e do ideal republicano de escolarização. Nesse sentido, pode-se afirmar que tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola em determinada época, pois revelam a um só tempo- o modo de ser, mas também o de se conceber a escola. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, a partir dos arranjos espaciais (arquitetura).

Neste ponto, tornam-se interessantes as considerações de Barros (1992), ao se referir à utilização da fotografia na pesquisa histórica que tem como tema a educação. Este autor defende aspectos fundamentais na discussão do papel da imagem fotográfica no espaço da história e dentre eles a de que essa imagem (a fotografia) “é sempre monumento de uma memória que é produzida por uma subjetividade que lhe dá a veste de real e que, para ser trabalhada como documento necessita de metodologia que a veja como linguagem, com a especificidade de um discurso”.



FIGURA 1 – Prédio onde funcionava o Lyceu Mineiro em 1927, a Avenida Dom Pedro II
Fonte: Memorial do Colégio Padre Curvelo



FIGURA 2 – Ginásio Padre Curvelo- Novo Prédio à Rua João Pessoa em 1931
Fonte: Jornal “Centro de Minas ”



FIGURA 3 – Fachada atual da Faculdade de Ciências Administrativas que ocupa o prédio já reformado do antigo Ginásio Padre Curvelo a Rua João Pessoa, 2018

Fonte: Calazans Foto: Fotografia de Vânia Calazans

“... fachada grandiosa, hall de entrada primoroso, escadarias, duas alas, uma para meninos, outra para meninas, eixo simétrico, pátio interno, acabamento com materiais nobres, portas com bandeiras, janelas verticais grandes e pesadas, carteiras para dois alunos, relógio redondo com algarismos romanos e pêndulo, professoras competentes, diretor severo, recreio, exames escritos e orais, entrada e saída da escola, festas cívicas, hino nacional, hasteamento de bandeiras e declamação de poesias, uniforme azul e branco, caixa escolar, boletim de nota de comportamento e aplicação, medalhas de honra ao mérito aos melhores alunos, orfeão, cartilha, livro de leitura, brincadeiras, medo, alegria. (BUFFA, PINTO, 2002, p.18)

Retomando-se a descrição Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto(2002) os Grupos escolares no início da República e suas identidades físicas, pedagógicas e costumes na formação de hábitos que justificam a sua prática educacional. Apesar de outra realidade- por descrever os grupos escolares que se tratavam de espaços próprios para a educação escolar pública, a referência a escola (física e simbolicamente) é inerente a qualquer instituição destinada aos fins educacionais do início da República. Faria Filho, ao tratar do espaço urbano como objeto da história da educação afirma que “a partir de 1908, os prédios dos grupos escolares passam a fazer parte do cenário urbano.[...] Eram construídos para serem vistos, admirados e reverenciados.” (FARIA FILHO, 1998)

Historicamente eram construídos de acordo com os mais modernos preceitos pedagógicos e de higiene, além de todo um apelo arquitetônico para prédios escolares. Não custa dizer, que a legitimidade da intervenção da instituição escolar na sociedade e como o lugar apropriado e privilegiado para a formação das novas gerações, transformavam as escolas em modelos de hábitos, atitudes e sensibilidades.

Conclusão

Ao depararmos com as fotografias do passado em contraposição com a mesma imagem atual vemos o significado de memória na construção da identidade dos espaços urbanos e das cidades. Na apresentação do Artigo, no dia da Exposição Oral no 6º Seminário Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente/I Simpósio Educação, Formação e Trabalho, foi perceptível a necessidade das pessoas de tecer comparações de uma cidade com outra e apropriar-se das lembranças e dos aspectos sensíveis das fotografias na construção de sua identidade com o local, a cidade e suas memórias. O Público presente não conhecia a cidade de Curvelo e nem mesmo a instituição escolar, mas questionaram as semelhanças e a beleza da narrativa fotográfica despertando para uma construção de significados a partir do seu lugar individual e das suas próprias lembranças. Para a população Curvelana e circunvizinha o que permeia a memória das pessoas a respeito dessa instituição escolar retratada na pesquisa e cujas fotografias do prédio foram utilizadas na construção do artigo denotam que aqueles que por ali passaram ou tiveram contato, a partir de filhos ou parentes, é sempre de uma instituição representativa e simbólica na formação da cidade e dos valores que permeiam o sentimento coletivo. Principalmente, no que diz respeito a formação e educação praticados pela instituição. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem ao discurso científico. Magalhães aponta que “é mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce também o sentido para história das instituições educativas.”

A relevância da fotografia é ressaltada por Jacques Le Goff para o desenvolvimento da memória coletiva à medida que contribuiu para a multiplicação e democratização dessa memória dando-lhe “[...] uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas,

permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003, p 460). É nesta interseção entre história e memória que podemos considerá-la como monumento/documento³ nos termos indicados por esse historiador, quais sejam como resquícios, testemunhos do passado e fonte de informação para a pesquisa histórica.

A imagem compreende, portanto, um suporte material da memória, que não raro trata-se de um somatório de memórias e olhares individuais ou grupais, que se contrapõe ao discurso científico. Esta formulação teórica leva-nos a concluir que todo documento é monumento na medida do resultado do esforço das sociedades em quererem impor ao futuro (voluntária ou involuntariamente) imagens de si próprias, uma vez que um dos atributos do historiador é desmontar e desestruturar esta produção dos documentos monumentos, trazendo permanências e mudanças que constroem o sentido para a história das instituições educativas.

Referências Bibliográficas

BARROS, A. M. O tempo da fotografia no espaço da história: poesia, monumento ou documento? In: NUNES, C. (Org.) *O Passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 69-84.

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: *Obras Escolhidas*, v. I. (Trad. Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 91-107.

BUFFA, Ester & PINTO, Gelson de Almeida. Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares paulistas (1873-1971). São Carlos: Edufscar & Brasília: INEP, 2002. p. 18.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), n. 14, p. 19-34, 2000. (Número Especial: 500 anos de educação escolar).

³Segundo Jacques Le Goff, a diferença entre um *documento* e um *monumento* é sua escolha temporal como algo passível de ser lembrado. Por um lado, os *monumentos* são “heranças do passado (...) tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”; e por outro *documento* “[...] será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como uma prova histórica” (LE GOFF, 2003, p. 526).

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

KOSSOY, B. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. p.149

LE GOFF, J. História e Memória. 5.a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.535 - 553

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro. In: BAUER, Martins W. e GASKELL, George (Org.) Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. São Paulo: Editora Vozes, 2008, p.137-160.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. de; CATANI, D. B. Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51-69.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba, São Paulo, v. 30, n. 1, p.397-411, Jan/jun 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a19>. Acesso em 18/11/2015. acesso em 15/05/2018

PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.p. 14-30

SOARES, Juvenal Pereira Soares: Síntese Histórica de Curvelo. Editado pela Prefeitura Municipal de Curvelo, 1988

SONTAG, S. *On Photography*. New York: Farrar, StrausandGiroux. 1978, p. 207

SOUZA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

Fontes Iconográficas

FIGURA 1 – Prédio onde funcionava o Lyceu Mineiro em 1926, a Avenida Dom Pedro II
Fonte:Memorial do Colégio Padre Curvelo

FIGURA 2 – Ginásio Padre Curvelo -Novo Prédio à Rua João Pessoa, 1931
Fonte: Jornal “ Nossa Terra ”

FIGURA 3 – Fachada atual da Faculdade de Ciências Administrativas que ocupa o prédio já reformado do antigo Ginásio Padre Curvelo a Rua João Pessoa (2018).
Fonte: Calazans Foto: Fotografia de Vânia Calazans